



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 8ª (OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 4ª CÂMARA DE
JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

Aos 12 (doze) dias do mês de agosto do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 8ª (oitava) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros: Ivete Maurício de Lima, Michel André Bezerra Lima Gradvohl, Dalcília Bruno Soares, Fredy José Gomes de Albuquerque, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Fernando Augusto de Melo Falcão. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, O Sr. Presidente indagou à Secretária se há resoluções a serem aprovadas pela Câmara e, a mesma informou não haver resoluções a serem aprovadas. Foi lida e aprovada a Ata da 7ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/5524/2017 – Auto de Infração nº 1/201715291. RECORRENTE: COMERCIAL PLASTICAR LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE. Decisão:** Por ocasião do debate o Sr. Presidente, na forma regimental, concedeu **vista dos autos** ao Conselheiro Fernando Augusto de Melo Falcão, o qual solicitou a fim de proceder análise mais detalhada e para melhor fundamentar seu entendimento sobre a matéria em questão. Presente para sustentação oral do recurso, os representantes legais da recorrente, Dr. Carlos Cintra e Dr. Thiago Matos. **Processo de Recurso Nº 1/866/2018 – Auto de Infração nº 1/201720652. RECORRENTE: LIMA GOMES INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE MELO FALCÃO. Decisão:** Resolvem os membros da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e, por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, e julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o feito fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade aplicada para a prevista no art. 123, inciso VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº 16.258/2017 e, em consonância com o artigo 106, inciso II, alínea “c” do CTN que estabelece que a lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando lhe comina punibilidade menos severa que a prevista por lei vigente ao tempo de sua prática. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral, em sessão, do representante da Procuradoria Geral do Estado. A Conselheira Dalcília Bruno Soares votou pela procedência da autuação, por entender que a infração por Falta de Escrituração no Registro de Entradas, na sua mo-

dalidade eletrônica, tem penalidade específica prevista no art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017 e, por não identificar, no caso sob análise, dúvida prevista no art. 112 do CTN que justifique interpretação mais benéfica, motivo pelo qual fundamenta seu voto no princípio da legalidade estrita. Registre-se que o Conselheiro Michel André Bezerra Lima Gradvohl ressalva seu entendimento particular em favor da aplicação do art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, mas em atenção ao princípio da colegialidade vota pelo entendimento consolidado desta 4ª Câmara pela aplicação da penalidade prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017. **Processo de Recurso Nº 1/1918/2018 – Auto de Infração nº 1/201801736. RECORRENTE: POSTO AUTO MELO LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira FRANCIZANTE CAVALCANTE FURTADO REMÍGIO. Decisão:** Resolvem os membros da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário e tomar as seguintes deliberações: **1. Quanto à alegação de nulidade do feito fiscal por suposto cerceamento do direito de defesa por falta de clareza na descrição da infração**, resolvem, por unanimidade de votos, afastá-la, entendendo que a alegada falta de clareza inexistente no caso, como bem o prova, a própria peça defensiva, na qual a autuada demonstra ter plena compreensão da acusação que lhe foi feita e dela se defende com objetividade; **2. Em relação à nulidade em função de alterações na legislação que não obrigaria a transmitir a EFD, somente após a Lei nº 16.258/2017 – posterior a ocorrência do fato gerador (2013)** – Afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que a Lei nº 16.258/2017 não revogou o dispositivo sancionatório anterior, fazendo apenas uma atualização no que se refere ao meio de transmissão dos arquivos eletrônicos; **3. No mérito**, a 4ª Câmara resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso interposto, dar-lhe parcial provimento e, por maioria de votos, modificar a decisão condenatória exarada na 1ª Instância e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação fiscal, em razão de reenquadramento da penalidade para a inserta no art. 123, VIII, “L”, da Lei 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao Contribuinte. A Câmara não acata o pedido da parte de reenquadramento da penalidade ao art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, com a redação à época do fato gerador, por entender ser prejudicial ao contribuinte. Tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora, em desacordo com o Parecer da Assessoria processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da dought procuradoria Geral do Estado. A Conselheira Dalcília Bruno Soares votou pela procedência da autuação, por entender que a infração por Falta de Escrituração no Registro de Entradas, na sua modalidade eletrônica, tem penalidade específica prevista no art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017 e, por não identificar, no caso sob análise, dúvida prevista no art. 112 do CTN que justifique interpretação mais benéfica, motivo pelo qual fundamenta seu voto no princípio da legalidade estrita. Registre-se que o Conselheiro Michel André Bezerra Lima Gradvohl ressalva seu entendimento particular em favor da aplicação do art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, mas em atenção ao princípio da colegialidade vota pelo entendimento consolidado desta 4ª Câmara pela aplicação da penalidade prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017. **Processo de Recurso Nº 1/597/2013 – Auto de Infração nº 1/201214949. RECORRENTE: COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIO e CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RECORRIDO: AMBOS. RELATOR: Conselheiro FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário e do Recurso Ordinário interposto, e tomar as seguintes deliberações: **I- Quanto à alegação de nulidade arguida de ofício pelo Conselheiro Relator, Fredy José Gomes de Albuquerque, por ausência das informações da Dief e consequente cerceamento ao direito de defesa da recorrente** - por voto de desempate da Presidência, resolve a 4ª Câmara rejeitar por entender que todo o procedimento de fiscalização foi descrito no auto de infração, onde constam todos os elementos informativos que serviram de base à acusação fiscal, possibilitando o exercício do contraditório e da ampla defesa da autuada. Os Conselheiros Ivete Maurício de Lima, Michel André Bezerra Lima Gradvohl e Dalcília Bruno Soares, afastaram a nulidade. Os Conselheiros Fredy José Gomes de Albuquerque, Francileite Cavalcante

Furtado Remígio e Fernando Augusto de Melo Falcão votaram por acatar a nulidade arguida de ofício pelo Relator do processo. **2. Com relação a preliminar de nulidade em razão da inadequação da metodologia utilizada pela fiscalização para o cálculo do imposto, utilizando a DRM para a fiscalização em Indústria – arguida pelo Conselheiro Relator, Fredy José Gomes de Albuquerque** – Afastada, por maioria de votos, sob o entendimento de que o agente do fisco utilizou metodologia válida e apresentou as provas necessárias à análise e comprovação da infração apontada na peça inicial. Os Conselheiros Michel André Bezerra Lima Gradvohl, Dalcília Bruno Soares, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Fernando Augusto de Melo Falcão votaram por afastar a nulidade suscitada de ofício, considerando que o método utilizado na fiscalização é válido e seguro para apontar a infração, bem como da documentação, acostada aos autos pela autoridade autuante. Os Conselheiros Fredy José Gomes de Albuquerque (Relator) e Ivete Maurício de Lima acataram a nulidade arguida sob o fundamento de a metodologia de apuração do ICMS baseada na DRM não é a mais adequada quando se trata de fiscalização de Indústria. **3. No mérito**, os senhores Conselheiros, resolvem conhecer do Reexame necessário e do Recurso Ordinário, negar-lhes provimento, para confirmar a decisão exarada em 1ª Instância que julgou **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o feito fiscal, acatando os termos do laudo pericial. Tudo nos termos do primeiro voto divergente proferido pelo Conselheiro Fernando Augusto de Melo Falcão, que fica responsável por lavrar a resolução, em desacordo com o Parecer da Assessoria processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da douta procuradoria Geral do Estado. Foram votos vencidos os dos Conselheiros Fredy José Gomes de Albuquerque (Relator) e Francileite Cavalcante Furtado Remígio, que votaram pela improcedência do Auto de Infração, em razão da ausência de elementos que comprovem a infração imputada ao contribuinte. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 14 (catorze) de agosto do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 4ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira
PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA